

CÉLULA E CONJUNTO, PRIVADO E PÚBLICO, COMPOSIÇÃO E EXPRESSÃO: A ARQUITETURA CENOBÍTICA CRÚZIA ENTRE O RENASCIMENTO E O MANEIRISMO

ILÍDIO JORGE SILVA*

Resumo: *Central na política espiritual e cultural de D. João III, a reforma do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra pretendia unir a moralização eclesiástica à renovação académica, fazendo do mosteiro a sede dos Estudos Gerais portugueses, mas também a cabeça de uma Ordem canonical ativa, liberta de comendatários privados e diretamente ligada à Coroa. Estamos no projeto possível de um Portugal humanista. O insucesso desse desígnio, selado por fatores nacionais e internacionais, encontrará a Congregação de Santa Cruz, entretanto formada, a navegar a Contrarreforma ao mesmo tempo que constrói a sua autonomia e se amplia, incorporando antigos mosteiros de cônegos regrantes agustinianos.*

Este artigo procura ler essa mudança de mentalidade e de agência através da maneira como ela se exprime na conceção e configuração dos espaços privados nos complexos crúzios, um elemento absolutamente essencial, mas sistematicamente subestimado, da arquitetura cenobítica.

Palavras-chave: *Crúzios; dormitórios; Renascimento; Maneirismo.*

Abstract: *Central to the cultural and spiritual policy of King João III, the reform of the monastery of Santa Cruz in Coimbra sought to combine ecclesiastic moralization and academic renewal, making the institution the head of the Studium Generale in Portugal but also the leader of an active canonical order, freed from the yoke of commendatory superiors and closely aligned with the Crown. As such, it embodies the closest Portugal got to a humanist refashioning. The ultimate failure of such project, brought about by internal and international circumstances, found the by then established Congregation of Santa Cruz navigating the Counter Reformation whilst simultaneously striving to consolidate its autonomy and expand, by assimilation of pre-existing houses of Augustinian canons regular.*

This paper tries to read that shift of worldview and agency through its expression in the concept and configuration of private spaces in the Cruzian structures — a critically essential but systematically underestimated component of coenobitic architecture.

Keywords: *Cruzios [Canons Regular of Santa Cruz]; dormitories; Renaissance; Mannerism.*

Na edificação de complexos destinados à vida comum religiosa, os dormitórios formam, na sua dialética com os espaços de culto, o binómio definidor da arquitetura cenobítica. Se o claustro articula essa dicotomia, incorporando nela outras funções auxiliares — e como tal veio a identificar, por sinédoque, esses conjuntos — os polos originais e essenciais deste registo arquitetónico são as estruturas de acolhimento

* Universidade Fernando Pessoa. Email: ilidio@ufp.edu.pt.

da vida material e espiritual, o dormitório e o templo. A construção dos locais de abrigo precedia, além disso, a dos de devoção, ocupava não raramente um maior volume edificado e dominava efetivamente, pela sua extensão, a presença paisagística dos mosteiros e conventos, dando aliás origem ao grande alçado urbano, muito mais do que os edifícios civis. Os dormitórios, particularmente a partir da adoção de espaços individuais autónomos, corporizaram as visões de cada período sobre a privacidade no contexto de coletivos regulados — da definição das celas, à sua combinação modular em alas e até à delimitação de um conjunto distinto no seio de um edifício multifuncional¹.

Entre os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses, até pelo carisma do seu patrono e pelo espírito da sua Regra, o respeito pela individualidade reflete-se na procura de um modo de vida tolerante e não mortificador, num estímulo à pesquisa intelectual e mesmo na procura de intervenção social, em contraste com formas monásticas coetâneas, mais condicionadoras e ascéticas². Como tal, encontramos consistentemente nos Crúzios o recurso a uma dignidade arquitetónica que vai para além das igrejas canónicas e se estende às demais dependências, e uma grande probabilidade de uso precoce de celas, logo desde o período românico da sua formação³.

Chegados ao século XVI, Santa Cruz de Coimbra é escolhido por D. João III para a sua primeira intervenção de morigeração eclesiástica (como instituto ligado e sujeito à Coroa) e para suporte de uma renovação humanista dos estudos superiores em Portugal (integrando uma Ordem erudita, com uma longa tradição de ensino próprio e tendo estado sempre ligada à universidade nacional, mas também como Casa com recursos materiais para arcar com a responsabilidade)⁴. Este Estado em centralização de poder, interventivo e reformista, tomando à Igreja a iniciativa na cultura, e chamando a si a própria correção eclesial, é assim a tradução entre nós do essencial do *ethos* renascentista⁵. Por sua vez, a renovação arquitetónica despoletada à volta dos Crúzios não só ganha substância como reflexo direto desse projeto (e por ser conduzida por um clérigo agustiniano e de formação humanista internacional⁶), como também congrega e consolida as dinâmicas estilísticas do Renascimento português⁷.

¹ SILVA, 1998: 24-37.

² SILVA, 1998: 39-45.

³ O Mosteiro românico de Santa Cruz, além de um exterior amuralhado com torres, terá tido um claustro com arcadas de cantaria, o que é então muito raro no nosso panorama (REAL, 1974: I, 142-143; 1982: 124). Saul António Gomes também acredita que terão existido celas individuais, inspiradas por Cluny (GOMES, 2007: 167).

⁴ DIAS, 1969: II, 489-490 e 580-581; GOMES, 2001: 431-433; OLIVEIRA, 1994: 112-113.

⁵ MUMFORD, 1961: 345-348.

⁶ Não só o agustinismo é essencial na compreensão da mentalidade do Renascimento (GILL, 2005) como frei Brás se tinha formado em Lovaina, onde terá tido contacto com a *devotio moderna* e com os círculos de erasmismo e *docta pietas*, fortemente ligados ao agustinismo (DIAS, 1969: I, 333-334).

⁷ Os Crúzios, pela sua forte presença no Entre Douro e Minho, bem como pela experiência de Diogo de Castilho no Porto, teriam conhecimento dos focos renascentistas do noroeste e da atividade de D. Miguel da Silva (AFONSO,

D. João III, decidindo pelo prior-mor de Santa Cruz que ele próprio nomeara — o seu irmão D. Henrique, ainda menor — e usando dos poderes de reformação da Igreja lusa que o trono conseguira da Santa Sé⁸, escolhe assim um religioso hieronimita, frei Brás de Braga (ou de Barros) para intervir no mosteiro conimbricense⁹. Quando aquele faz a sua entrada na canónica, a 13 de outubro de 1527, encontra um complexo recém-renovado por ordem de D. Manuel I, mas mantendo uma implantação e uma estrutura monoclaustural similares às da sua edificação original ducentista¹⁰. Logo a 5 de março de 1528, sabemos, pelo contrato de pedraria assinado com Diogo de Castilho, que já existiam traças (que não seriam de sua autoria¹¹) para a reestruturação do cenóbio que então se lançava e depreendemos do seu articulado quais os seus contornos: por um lado, a expansão do conjunto sobre o adro ocidental, extinguindo o mosteirinho de cónegas agostinhas que até então ali existia e criando uma zona de interface com o exterior, à volta de um novo claustro de portaria; por outro, a ampliação da ala norte, destinada ao dormitório, na direção do horto monástico, para nascente¹². Um par de anos mais tarde, a 26 de setembro de 1530, já os trabalhos avançaram o suficiente para que se contrate a carpintaria com Pero Anes; entre outras alterações ao estabelecido em 1528 que dele se depreendem, salta à vista que a duplicação da ala setentrional se transformou na conformação de um segundo claustro grande, que virá a ser o Claustro da Manga¹³. Em 1531, outros registos nos revelam o avançar da empreitada (como o contrato de vidraria com Pedro Picardo) e nos dão sinais de novas adições — como aquele que encarrega Francisco Lorete de trabalhos de marcenaria e talha, a 26 de junho, denunciando a compleição de um coro alto na igreja e a transferência e adaptação do cadeiral manuelino da capela-mor para ali¹⁴. Em 1533 apercebemo-nos da definição de um programa para o novo Claustro da Manga, pela encomenda a 7 de setembro dos trabalhos de base

2009); estavam também no centro da inovação trazida a Coimbra pelos escultores-arquitetos estrangeiros (CORREIA, 1991: 27-28). Finalmente, pela sua proximidade ao rei, acompanhariam a atualização artística da corte, nomeadamente no seu ciclo eborense.

⁸ A Coroa tinha poder de nomeação dos priores-mores desde D. Manuel, em 1506, e D. João III indicara o irmão em 1524 (GOMES, 2004: 271; MARTINS, 2004: 276 e 286-287).

⁹ D. João III nomeia na realidade três religiosos hieronimitas: o Provincial da Ordem, frei António de Lisboa, frei Brás (em que aquele delegará a intervenção direta) e frei Jorge de Évora, por razões pouco claras e sem aparentes efeitos práticos (SANTOS, 1980: 152-153).

¹⁰ A reforma manuelina fora mais física que espiritual: iniciada em 1506, é rematada já por D. João III, em 1525 (MARTINS, 2004; CRAVEIRO, 2002: I, 58-62 e 71-73).

¹¹ Maria de Lurdes Craveiro acha-o então ainda demasiado jovem para ser o autor, considerando-o apenas empreiteiro, e inclina-se antes pelo irmão João para arquiteto inicial (CRAVEIRO, 2002: I, 122-124).

¹² CRAVEIRO, 2002: I, 108-116.

¹³ CRAVEIRO, 2002: I, 116-120.

¹⁴ Lorete assinará ainda outro compromisso em 1532, para realização de um novo órgão, sinal da ligação fundamental dos Regrantes à música, o que também os distingue e qualifica a sua mentalidade (DIAS, 1982: 168; ANTUNES, 2010: I, 106-110).

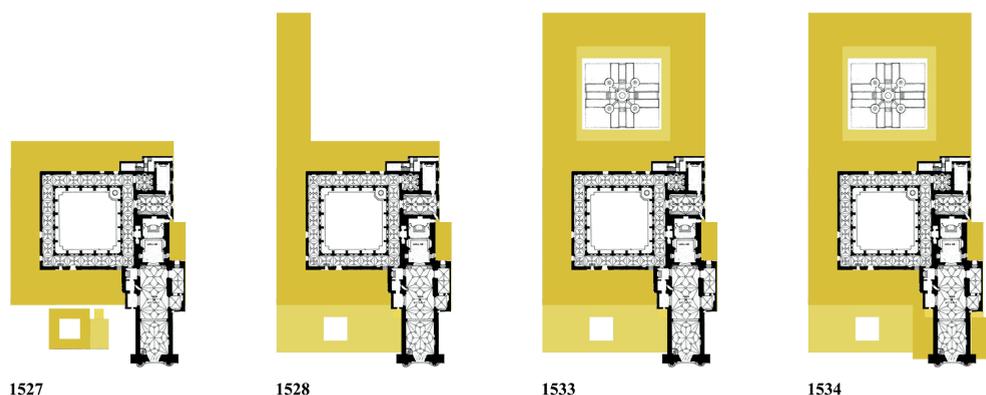


Fig. 1. Evolução esquemática da intervenção renascentista em Santa Cruz de Coimbra

Fonte: desenho do autor com recurso a levantamentos da DGEMN. Disponíveis em <www.monumentos.pt>

para a edificação de uma fonte¹⁵; finalmente, já anunciando a passagem da reforma do mosteiro para a instalação de estudos superiores, temos notícia em 1534 que se procede ao levantamento de instalações para dois colégios universitários, de Santo Agostinho e São João Batista, em volumes acoplados respetivamente a norte e a sul da igreja de Santa Cruz¹⁶.

Os eixos dominantes da empreitada espelham bem as prioridades da reforma espiritual: filtrar a comunidade em relação ao exterior (mas também enquadrar o espaço urbano com funções de contacto do mosteiro com a sociedade laica), e duplicar o cerne do edifício pela adição de um segundo claustro grande — distinto da formalidade do Claustro do Silêncio, sendo simultaneamente mais privado, menos rígido e mais votado à meditação¹⁷. As três áreas que se obtêm estabelecem adicionalmente uma gradação do exterior ao reservado, do mundano à devoção íntima, da cidade aos campos da cerca. Tal intelectualização do espaço, conjugada com a maneira como se *regulariza* a massa construída e como ela é ampliada num processo de racionalidade geométrica (e com referentes eruditos possíveis¹⁸), inserem solidamente a iniciativa na mentalidade artística renascentista.

¹⁵ Arremata-se então a Pero de Évora, Diogo Fernandes e Fernão Luís a realização dos «cubelos», tanques e respetivas canalizações da fonte da quadra; no livro de despesas de 1534-1535, regista-se também o pagamento de trabalhos subsequentes de cantaria a Jerónimo Afonso e de imaginária a João de Ruão para a estrutura (CRAVEIRO, 2002: I, 125-127).

¹⁶ CRAVEIRO, 2002: I, 147-149. O arranque dos colégios é geralmente colocado em 1535, mas o primeiro ano letivo é o de 1534-1535 (SANTOS, 1973-1974: 93).

¹⁷ Dagoberto Markl escolherá a fonte do Claustro da Manga como exemplo principal para falar do impacto do humanismo nas artes (PEREIRA, *dir.*, 2007: VI, 44) e Susana Matos Abreu faz uma análise da parenética implícita no conjunto (ABREU, 2009).

¹⁸ Tanto o precedente tratadístico de Filarete para o Hospital Maior de Milão (explorado já então em construções hospitalares em Portugal) ou o exemplo da Canónica de Santo Ambrósio de Bramante, também em Milão, com igual disposição em duplo claustro (TAVARES, 2007a: 17-18; 2007b: 82-83).

É, porém, muito interessante (re)ler este processo através do papel particular do dormitório. O subconjunto de alojamento dos cónegos não é só parte que espelha o todo, concretizando-o, mas também a parte que unifica o todo. Prevendo um aumento de efetivos no mosteiro, assim como desejando previsivelmente outorgar a cada um uma superfície mais condigna, a reforma joanina implicava necessariamente uma grande extensão de celas. A sua expressão dimensional, aliada à importância simbólica fundamental — como vimos acima — fizeram do dormitório, desde o início, a peça que *gera* a expansão edificada, que aglutina o preexistente e o novo, e que cria uma fisionomia consistente, dando origem ao alçado maior do conjunto, a norte.

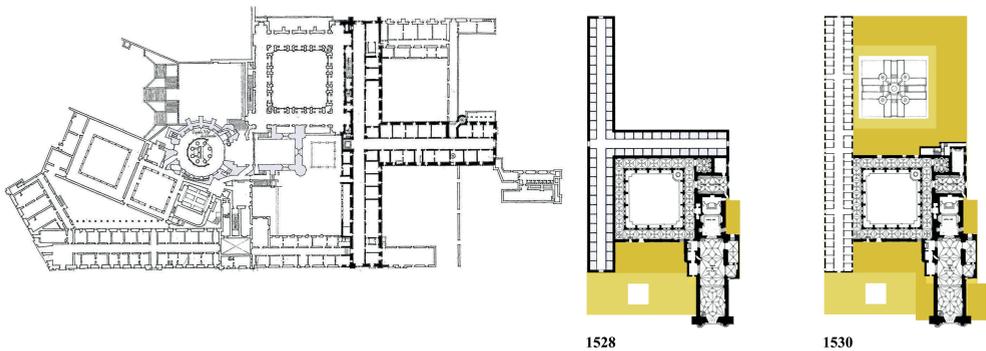


Fig. 2. Alas de dormitório renascentistas de Santa Cruz e Tomar

Fonte: desenho do autor usando desenhos da DGEMN (disponíveis em <www.monumentos.pt>) e de LOBO, 2006: 43, 51

A sua definição também evolui: no debuxo que se seguia em 1528, o dormitório era um elemento com uma planimetria em «T», cobrindo toda a extensão setentrional assim como o septo entre os claustros do Silêncio e o da Manga, com uma disposição simétrica das celas em relação a dois corredores axiais, rematados nos topos por janelões de iluminação¹⁹; em 1530, Diogo de Castilho transformou-o numa extensão em «I», estruturada por um único corredor longitudinal, mas que é subdividido por três pequenos «transeptos» (ou terças), a cada segmento de sete celas contíguas²⁰. A inflexão de desenho, entre subtrações e adições, refina o projeto: a redução a uma forma elementar reforça a leitura de uma unidade identificável, que se destaca aliás como corpo sobreposto ao volume do mosteiro; em sentido contrário, a introdução das terças interrompe a longitudinalidade mais restritiva da traça original, multiplicando opções de deslocação, e aumenta a luminosidade interior e os pontos de contacto

¹⁹ A atribuição do desenho de 1528 a João de Castilho (ver nota 11) tem ainda mais plausibilidade quando vemos a parecença do esquema com o dormitório de Tomar, pouco posterior; Rui Pedro Lobo deteta aliás essa similitude (LOBO, 2006: 45).

²⁰ SILVA, 1998: 87-88 e 92-93.

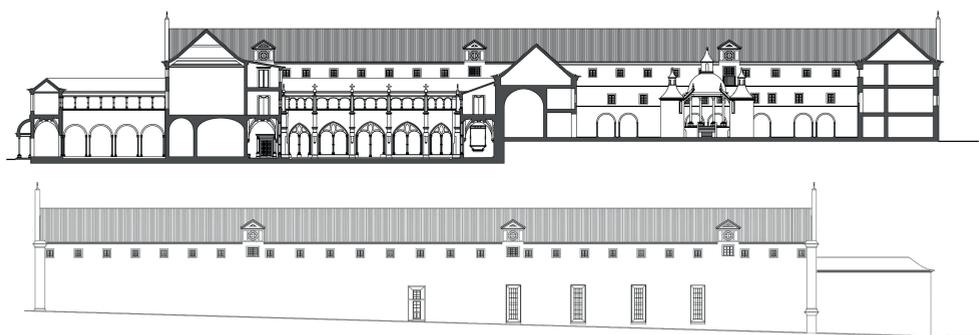


Fig. 3. Corte e alçado de Santa Cruz, c. 1534

Fonte: desenho do autor por alteração de desenhos de alunos da DArc-UC (Fernando Couto, Inês Parreira, Joana Roseiro e Tânia Oliveira — disponíveis em <www.hap.pt>)

visual com o exterior. A definição revista complexifica a articulação de elementos, quer seja nessa modulação de percursos, na combinação modular das séries de celas, ou nos alçados exteriores resultantes. Inferindo a partir do pequeno troço do dormitório que parcialmente sobreviveu, percebe-se que entre terças os segmentos de celas não são simétricos em relação ao corredor, mas *rodados*, de forma a não facear as entradas respetivas; a ordem resulta assim menos repetitiva e o espaço privado é menos devassado. Em cada cela, a colocação da porta e da janela junto a uma das paredes divisórias, preserva igualmente grande parte da área individual. Conclui-se igualmente que se abandonou um alçado inicial de repetição aliterativa quase integral de perfurações, em prol de uma polimorfia de vãos em ritmo sincopado, que interrompe inclusive a continuidade da linha do beiral superior.

Esta formulação maturada no Mosteiro de Santa Cruz servirá de matriz à Congregação que dele tomou o nome²¹, mas também à tipologia colegial conimbricense. Sediada a universidade no mosteiro, frei Brás determina, a partir de 1535, a instalação dos colégios das várias Ordens — assim como a residência dos mestres — num «campus universitário em linha» com um planeamento rigoroso de base: a Rua da Sofia²². Ocupando lotes numa orgânica predefinida e recorrendo por norma ao mesmo Diogo de Castilho, os colégios da Baixa são assim uma extensão do processo arquitetónico crúzio. Entre eles, e funcionando como um submodelo, o Colégio da Graça, dos Eremitas de Santo Agostinho (c. 1542-1555)²³, exemplifica tal continuidade e acrescenta-lhe uma última inovação significativa. Retomando a configuração das

²¹ Ainda sob o consulado de frei Brás servirá de modelo à Serra do Pilar (ABREU, 1999: 14-50) e às intervenções em São Vicente (REAL, 1995: 14-23), e mais tarde não só reaparecerá em renovações desses mesmos cenóbios (como veremos), mas também se deteta a sua influência noutros, como o Colégio da Sapiência.

²² LOBO, 2008a.

²³ CRAVEIRO, 2002: I, 236-271.



Fig. 4. Reconstituição hipotética do Colégio da Graça, c. 1555

Fonte: desenho do autor por alteração de desenhos de LOBO, 2008b: 37, e de alunos da DARq-UC (Ana Rita Reis, Andreia Lopes, Joana Lopes e Rafaela Silva — disponíveis em <www.hap.pt>)

dependências num volume regular em duplo quadrado (com a mesma dicotomia de claustros formal/reservado), contrastadas com uma igreja que reinterpreta a espacialidade da de Santa Cruz (com coro alto, nave única com capelas laterais, cabeceira retangular una e ampla), o colégio graciano escolhe igualmente o dormitório para coroar e unificar a sua fachada mais longa, e também o define como um retângulo simples estruturado por um único corredor longitudinal, embora sem terças²⁴. Este dormitório inova ao introduzir nas celas uma dupla fenestração, que outros colégios reproduzirão²⁵, marcando a área recolhida do compartimento com um vão menor, em que praticamente só se vislumbra o céu, *figurando* assim um local de estudo e meditação, complementar à contemplação do mundo exterior possibilitada pela grande janela, e ampliando ainda mais a gama compositiva do alçado estabelecida em Santa Cruz.

A prevalência de uma mentalidade renascentista plena esgota-se, porém, com rapidez. Se não antes, por 1548-1549, quando se extingue, por falência, a nossa feitoria de Antuérpia²⁶, quando regressam a Portugal os delegados lusos à primeira

²⁴ No colégio graciano só há celas do lado da Rua da Sofia e o corredor pode atingir a mesma abertura e luminosidade com vãos diretos sobre os claustros, ao longo da sua extensão.

²⁵ CORREIA, 1998: 14-19; CRAVEIRO, 1998: 20-25.

²⁶ BUESCU, 2008: 273-274 e 296.

fase do Concílio de Trento (1545-1548)²⁷ e quando D. João III proclama a lei das ordenanças sobre os cavalos e as armas²⁸ — sinalizando a contenção económica, o fundamentalismo religioso e a arregimentação da sociedade — entramos numa nova *Weltanschauung*. Os Regrantes iniciam também um novo ciclo: depois de uma crescente animosidade entre o reformador e os cónegos, frei Brás é enfim destituído em 1554, e, em 1556, a Congregação de Santa Cruz de Coimbra é confirmada papalmente. Gorado o plano de liderarem o ensino superior, com a autonomização da Universidade em 1543 (com rendimentos subtraídos à Ordem), e perdido o elo umbilical ao rei, os Crúzios ganham ainda assim uma autonomia concreta e reagem proativamente, investindo porfiadamente na sua própria expansão, indo de 4 Casas em 1556, a um máximo de 20, em 1631²⁹.

A primeira grande empreitada desta nova fase congregacional corresponde a um acrescento de efetivos que é também um reencontro com o passado dos Regrantes: a reanimação do Mosteiro de São Salvador de Grijó, que frei Brás transferira para a Serra do Pilar em 1537³⁰. Decidida a cisão dos dois mosteiros em 1563 e simbolicamente reocupado o antigo mosteiro românico, em 1564, é em 1572 que surge o desenho para a sua reconstrução, atribuído a Francisco Velásquez³¹. Lançada a primeira pedra em 1574, a obra tem um início lento, mas está suficientemente avançada em 1599 para que se efetue a mudança definitiva da comunidade, e está grandemente concluída até 1655³².

Este projeto sebástico, embora expresse continuidades com a arquitetura crúzia da reforma joanina (a urbanização do adro de chegada e a filtragem por um claustro de portaria como em Santa Cruz, o claustro arquitravado jónico à imagem do da Serra do Pilar, a estrutura espacial das igrejas colegiais), faz recuperações de sinais mais tradicionais (o mosteiro «essencial» de um só claustro ou o *Westwerk* turri-forme, que identificara as igrejas crúzias românicas e ainda era legível na fachada manuelina de Santa Cruz³³) e cria uma «imagem de marca» de cenóbios compactos e

²⁷ OLIVEIRA, 1994: 176-177. A primeira fase do Concílio de Trento marca a consumação da rutura religiosa, desistindo-se de tentativas de conciliação com os protestantes e sublinhando-se precisamente os artigos de fé em conflito (FRANZEN, 1996: 299 e 301-302).

²⁸ MAGALHÃES, 1993: 108-109.

²⁹ GOMES, 2000: 436.

³⁰ SANTOS, 1988: 24-26 e 32-33.

³¹ Apesar de opiniões discordantes, a atribuição é geralmente aceite, mesmo se a obra foi conduzida por Gonçalo Vaz. Celso Francisco Santos analisa a autoria no contexto do seu estudo monográfico e também se inclina por ela, dada unidade de desenho e as repetidas advertências dos visitantes para que se respeitasse o debuxo original (SANTOS, 1988: 33, 41, 42 e 110-113).

³² O claustro erige-se c. 1593-1607, o corpo da igreja c. 1612-1636, e a fachada do templo maioritariamente até 1644-1655 (SANTOS, 1988: 33-47).

³³ REAL, 1982.

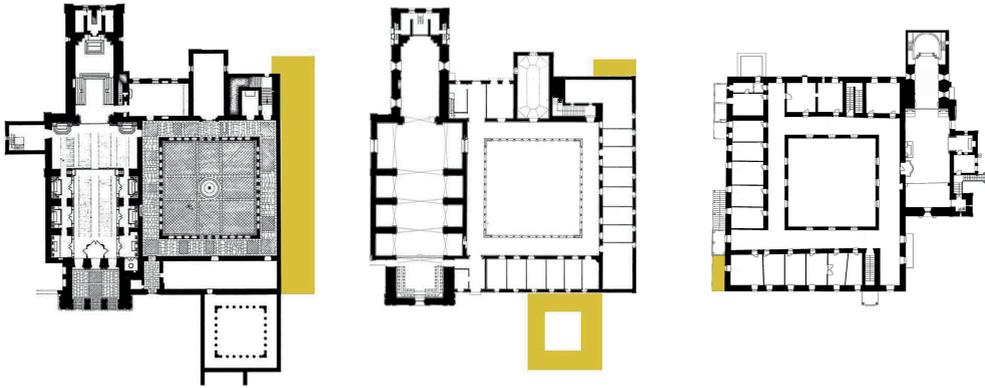


Fig. 5. Reconstituição hipotética do Mosteiro de Grijó e do de Vila Boa do Bispo

Fonte: desenho do autor sobre levantamentos da DGEMN. (disponíveis em <www.monumentos.pt>), e de alunos da EAUM (Ana Mendonça, Carla Carneiro, Marta Coutinho, Marta Oliveira e Nancy Ribeiro — disponíveis em <www.arquitetura.uminho.pt>)

circumspectos³⁴, que será reproduzida, mais ou menos distintamente, em todas as Casas intervencionadas da Congregação, pelo menos fora dos maiores centros urbanos³⁵.

Como em Santa Cruz, é fundamental perceber o contributo do dormitório neste novo modelo maneirista. Ocupando teoricamente todo o primeiro piso do edifício, forma um «U» contra o volume da igreja³⁶, dividido modularmente em espaços adaptáveis³⁷ que circundam uma varanda voltada ao claustro. É uma configuração centrípeta e introspetiva, que abre e expõe o dormitório ao núcleo do cenóbio (e aos elementos), integrando nele outras funções. As celas também mudam distintamente em relação ao que vimos antes: além de mais devassadas, são mais elementares (como retângulos simples com apenas uma porta e uma janela) e sendo agora mais fundas que largas, sugerem uma maior contenção, pela proximidade dos vãos interiores e exteriores, e descaracterizam os seus ocupantes como entidades indistintas. O alçado exterior, sendo mais uma vez regularizado pela fenestração do piso superior de dormitório, afirma-se agora pela repetição estrita e próxima das mesmas

³⁴ Isto apesar de Grijó ser um dos mosteiros mais ricos e populosos da Congregação — recorre-se assim a um truque retórico, sugerindo tanto um mosteiro «pequeno», mas rodeado afinal de vastas dependências, como um mosteiro «sóbrio», ocultando um claustro claramente requintado.

³⁵ A formulação de São Salvador de Grijó repetir-se-á pelo menos em Santa Maria de Refoios do Lima, São Salvador de Moreira da Maia, Santa Maria de Landim, e também — mesmo que com nuances — em São Martinho de Caramos, Santa Maria de Vila Boa do Bispo, São Simão da Junqueira, São Jorge de Coimbra e São Salvador de Paderne; as exceções são os casos urbanos de São Vicente, da Sapiência, do Pilar (e mesmo o caso dúbio do mosteiro fundado na cidade de Viana, de um só claustro, mas imitando mosteiros maiores, como São Vicente: PINHO, 2006-2007).

³⁶ Ou em «U», uma vez que a quadra que bordeja a igreja se prolonga até às fachadas exteriores.

³⁷ Módulos que serão unidos conforme a necessidade para outras funções da esfera reservada, como a livraria e o cartório, que em Grijó ocupam a fachada ocidental — relegando também as celas para longe do espaço urbanizado, público, ao mesmo tempo que as voltando à orientação funcionalmente preferível de sul e nascente (SANTOS, 1988: 50-52).

janelas, exprimindo claramente noções de «conformidade» e «modéstia», e sugerindo um bloco castrense — significações-chave nesta época de rigorismo, circunspeção e militarismo.

O cotejo das diferentes leituras ostensivamente oferecidas, bem como das discretas persistências entre estas duas matrizes, revela-nos a personalidade destes períodos, assim como nos indica as coordenadas da identidade crúzia. Entre a estratégia renascentista e a maneirista, plasmada nos — e possibilitada pelos — dormitórios, vai a diferença entre volumes extensivos e compactos, entre alçados variados e detalhados ou simples e maciços, de vãos diferenciadores e multiformes *versus* janelas homogéneas e sem identificação expressiva/funcional. No entanto, se a cela implantada em profundidade, com a sua face mais estreita voltada ao exterior, permite compor os conjuntos *condensados* que suportam essa mensagem³⁸, é curioso notar que a média de área celular não diminui e antes aumenta, entre os cenóbios que seguem uma e outra solução³⁹. Em conjunto com o distinto espírito que vai dos exteriores sóbrios e quase vernaculares, relativamente aos claustros exuberantes e eruditos que o seu interior esconde, é perceptível uma relutância dos cónegos em abandonar o seu carisma de respeito pela individualidade e de culto pela exploração intelectual, ou mesmo certos vetores de pesquisa artística, numa época fortemente militante e chã.

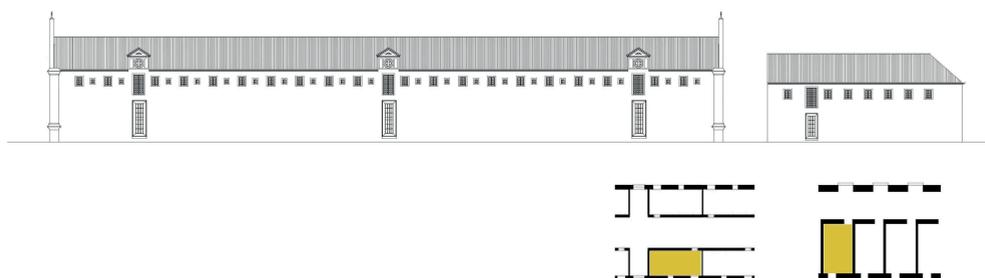


Fig. 6. Modelos ideais de alas de dormitório renascentistas e maneiristas

Fonte: desenho do autor usando desenhos de alunos da DArq-UC (Fernando Couto, Inês Parreira, Joana Roseiro e Tânia Oliveira — disponíveis em <www.hap.pt>)

Posteriores sinais o confirmam. Mesmo nas canónicas que seguem mais de perto, cronológica ou artisticamente, o exemplo grijoense, cedo se começa a moderar a reclusão das dependências residenciais, nomeadamente pelo prolongamento dos percursos à volta do claustro até às fachadas exteriores — logo, quebrando também a estrita sucessão uniforme de janelas. A partir da década de 1630 não só os blocos

³⁸ Assim como a inexistência de terças permite conter a cércea, sem os volumes salientes que elas produziam.

³⁹ Na realidade, no dormitório renascentista de Santa Cruz de Coimbra as celas tinham uma área de aproximadamente 12,46 m², enquanto que no mosteiro maneirista de Grijó chegam aos 18,59 m² e no de São Vicente de Fora, de que falaremos a seguir, a 29,61 m² (SILVA, 1998: 113).

monásticos se fraturam (deixando as igrejas de facear monoliticamente o edifício anexo), como os claustros se inclinam por quadras de arcaria térreas e pisos superiores sem varandas abertas, tanto em construção nova como por alteração de estruturas anteriores. Um caso paradigmático é o Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo. Reedificado por volta de 1678, não só opta pelo desfazamento planimétrico entre templo e dependências, como erige um claustro de arcos sequentes com piso superior encerrado. No dormitório de Vila Boa do Bispo, a organização centrípeta de Grijó transmutou-se num esquema «helicoidal», reafirmando o conforto e a reserva da zona privada, assim como o seu contacto visual com o mundo exterior, e repondo uma gramática que exprime variedade e complexidade.

Ademais, se o discurso maneirista iniciado em São Salvador de Grijó só temporariamente e superficialmente rejeitou certas linhas de força culturais da Ordem, outras enunciações relevantes da arquitetura cenobítica regravando na esfera do Maneirismo mantiveram-se ainda mais próximas dos postulados renascentistas.

Veja-se a reconstrução do Mosteiro de São Vicente de Fora. Concebida nem sequer uma década depois da de Grijó, ela ocorre, no entanto, já no quadro da União Ibérica, de que é uma tradução e um instrumento. Com ela, Filipe II de Espanha apresenta-se como Filipe I de Portugal, *senalizando-se* na capital lusa (em conjunto com o Paço da Ribeira) por uma imponente presença edificada e legitimando-se pela associação simbólica quer a uma instituição diretamente ligada à Nacionalidade e à realza (os Crúzios, detentores do primeiro panteão régio), quer ao dar continuidade a fundações tanto do primeiro rei de Portugal (o próprio Mosteiro de São Vicente), como dos seus antecessores diretos no trono, D. Sebastião e D. Henrique (a iniciada Igreja de São Sebastião do Terreiro do Paço, que é fundida na obra vicentina)⁴⁰. Se a escala era um pré-requisito para que a iniciativa cumprisse os seus objetivos políticos, refletindo o poder e a magnanimidade do monarca, o estatuto de potência global dominante do império Habsburgo — e de potência fortemente europeia, e não só ultramarina (como fora Portugal até aí) — implicam também o registo erudito culturalmente espetável de um tal ator⁴¹, em contracorrente com uma certa preferência sebástica por uma retórica vernacularizante e castrense. Note-se, contudo, que nenhum destes desideratos obrigava os Regravantes em geral, ou os cónegos de Lisboa em particular, a especiais esforços de adaptação: Santa Cruz resistira à tendência anicónica da Arquitetura Chã⁴² e continuara a cultivar — nem que com concessões epidérmicas — a linguagem clássica; São Vicente de Fora, por seu lado, já era uma das maiores

⁴⁰ SOROMENHO, 2010: 129-153.

⁴¹ Nem que essa erudição inclua (ou requeira) expressões anti-clássicas — o que não deixava de ser igualmente um sinal de atualização, de consciência das reservas maneiristas quanto ao classicismo humanista, quer como dialeto pagão, quer como expressão insípida.

⁴² É o que Maria de Lurdes Craveiro chama «a persistência do ornamento» (CRAVEIRO, 2002: I, 418).

massas construídas de Lisboa, com uma cêrcea em altura não muito diferente da que recebeu agora. Sem entrar na já longa discussão sobre o alegado carácter «inédito», e, por consequência, forçosamente «importado», da obra filipina em São Vicente, não é difícil perceber-se pelo menos que, à luz do figurino renascentista crúzio, a canónica da capital é uma clara herdeira da de Coimbra. Podemos vê-lo não só no desenho da igreja⁴³, como na sua posição «embebida» no retângulo de base do mosteiro⁴⁴; a planimetria com dois claustros grandes e um claustro de portaria, formando uma sequência gradativa de privacidade é ainda mais distintivamente crúzia.

O dormitório vicentino tanto reafirma essa genealogia como expressa a subtil permanência de outras asserções renascentistas. Se, como em Grijó, circunda os espaços abertos interiores, em «U»⁴⁵, afirmando um bloco com reminiscências castelares (sublinhadas pela sugestão de torreões de canto), a ala celular de São Vicente tem daquela diferenças substanciais: mesmo não sendo uma peça quadrangular simples, aparece, como em Coimbra, destacada na face principal por um alçado de topo; embora tangente aos claustros, não é aberta para eles, sendo antes articulada por um corredor separado; sem a desmultiplicação mais miúda de Santa Cruz, o prolongamento dos eixos do corredor até à fachada e a interrupção do seu troço mais longo por uma terça geram vários tramos de celas; finalmente, os aposentos dos cónegos retomam o formato largo com dupla fenestração diferenciada da tipologia crúzia/colegial, acrescentando à fachada uma expressão de variedade.

São Salvador da Serra⁴⁶, a fundação de frei Brás de Braga, realocizando o Mosteiro de Grijó, conta-nos por sua vez a história de uma Casa crúzia renascentista que se reencontra consigo mesma um século mais tarde. Produzido originalmente sobre o mesmo alinhamento de vontades que conduzira a atuação em Coimbra — D. João III, frei Brás, Diogo de Castilho, João de Ruão — o cenóbio de Vila Nova de Gaia obedece à mesma matriz que ali vimos: uma igreja encastrada numa massa

⁴³ O esquema de nave central com naves criptocolaterais já existia na tipologia colegial, como vimos, e São Vicente de Fora tivera um retrocoro antes da reformulação; até o «inovador» alçado bitorreado da canónica de Lisboa pode ser uma extrapolação dos contrafortes turriiformes manuelinos de Santa Cruz, raiz provável de soluções com duplo campanário na Sé da Guarda e na tipologia colegial conimbricense (SANTOS, 2001: 66-70).

⁴⁴ Quando nos exemplos correntemente chamados à colação, como o Mosteiro do Escorial, e noutras obras de Baltazar Álvares, encontramos templos planimetricamente destacados, *acoplados* lateralmente às dependências. Baltazar desenhará ou igrejas no cerne da massa (como fizera em Santo Antão-o-Novo antes de São Vicente, e em São Bento da Saúde, nas Comendadeiras e no Hospital da Luz depois), ou igrejas encostadas a um paralelepípedo conventual, em posição recuada (como realizou em São Bento de Coimbra antes, e em Tibães depois).

⁴⁵ Como em Grijó, também em São Vicente o seu plano é mais em «L», evitando a fachada frontal, onde não há celas, mas apenas espaços de apoio, acessos verticais e ligações ao coro alto. Porém, ao contrário de Grijó, ao remeter-se celas para fachadas sul e nascente acaba-se por as tornar mais visíveis e mais abertas à cidade.

⁴⁶ Em 1599, com a separação definitiva de Grijó, o mosteiro da Serra passa à invocação de Santo Agostinho, e no século XVII, com a implantação do culto à Virgem do Pilar, o mosteiro será de Santo Agostinho da Serra do Pilar. Sobre história arquitetónica do mosteiro ler ABREU, 1999: 13-31.

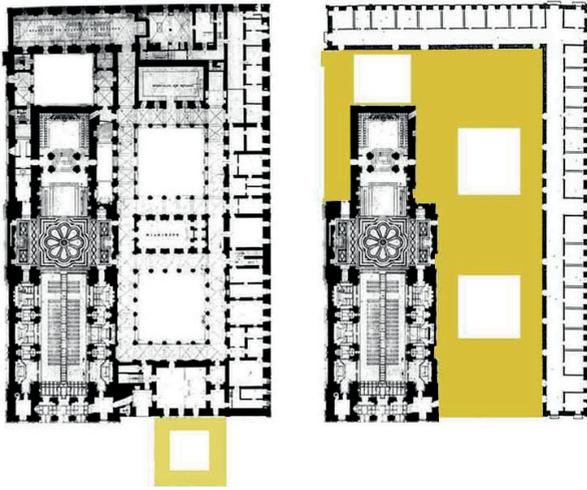


Fig. 7

Reconstituição de projeto maneirista de São Vicente de Fora
Fonte: desenho do autor sobre levantamentos da DGEMN. Disponíveis em <www.monumentos.pt>

quadrangular profunda⁴⁷, uma dicotomia de claustro formal seguido de claustro ajardinado⁴⁸, e um dormitório linear unificando a face mais longa das dependências, voltado à cidade⁴⁹. A canónica da Serra do Pilar, iniciada em 1537, é ocupada em 1542 estando ainda incompleta, e por rematar se encontrará aquando da destituição do reformador; entre c. 1566 e 1583 veremos ainda um novo esforço edificatório que procura continuar o projeto original.

O primeiro sinal de inflexão parece ver-se por 1596-1598, em que se retoma a igreja, nunca efetivamente levantada, e se intervém no Claustro do Silêncio. Neste último, há sinais de que terá havido uma redução do seu diâmetro⁵⁰, o que deve indicar que data desta altura a composição da igreja/claustro em dois círculos iguais, assim como a redução do claustro a um só piso⁵¹. Simplifica-se e uniformiza-se assim a planimetria e a silhueta exterior do conjunto, numa sobriedade disciplinada onde

⁴⁷ E é uma igreja de corte pseudo-basílica (com nave e capelas laterais), assim como de silhueta turriforme, características que nos remetem mais uma vez a Coimbra. Evidentemente, a igreja existente não data do projeto da primeira metade de Quinhentos, mas dele poderá ser herdeira; temos pelo menos o testemunho de João de Barros, em 1549, de que se erigia um templo circular como o atual, e seria improvável o partido circular, no século XVII, a não existir um precedente (ABREU, 1999: 34; GOMES, 2001: 73-89).

⁴⁸ ABREU, 1999: 9-10 e 53. Há também referências documentais da existência possível de um claustro de portaria, entretanto desaparecido (SERENO, SANTOS, NOÉ, 1994-1998).

⁴⁹ Que o dormitório a norte já existia no desenho original antes de reformulação de 1660 é o que se depreende da crónica de frei Marcos da Cruz, de 1634, que fala da visibilidade que se oferece aos cônegos sobre a cidade, rio, mar e montes, conjunção só possível ali (ABREU, 1998: 9), assim como da descrição que Nicolau de Santa Maria faz do cenóbio, e que é certamente anterior a 1660 (embora publicada depois), dado que o *imprimatur* do prior-geral cruzio é de 1657, antes das obras de reconstrução da ala (SILVA, 1998: 107-110).

⁵⁰ ABREU, 1999: 47-48. Os referentes renascentistas (tratadísticos e edificadas) apontariam aliás mais facilmente para conjunções planimétricas de espaços circulares de diâmetros diferentes (ABREU, 1999: 87-89).

⁵¹ A lógica dos acessos no interior do mosteiro tornaria mais lógico que inicialmente se tivesse pensado num claustro em dois pisos, dado que, pelo declive do terreno, as dependências a sul ficavam um piso acima das de norte; evidentemente, isso implicaria mais investimento e uma volumetria mais elaborada, ambas coisas indesejáveis com o avançar do tempo.

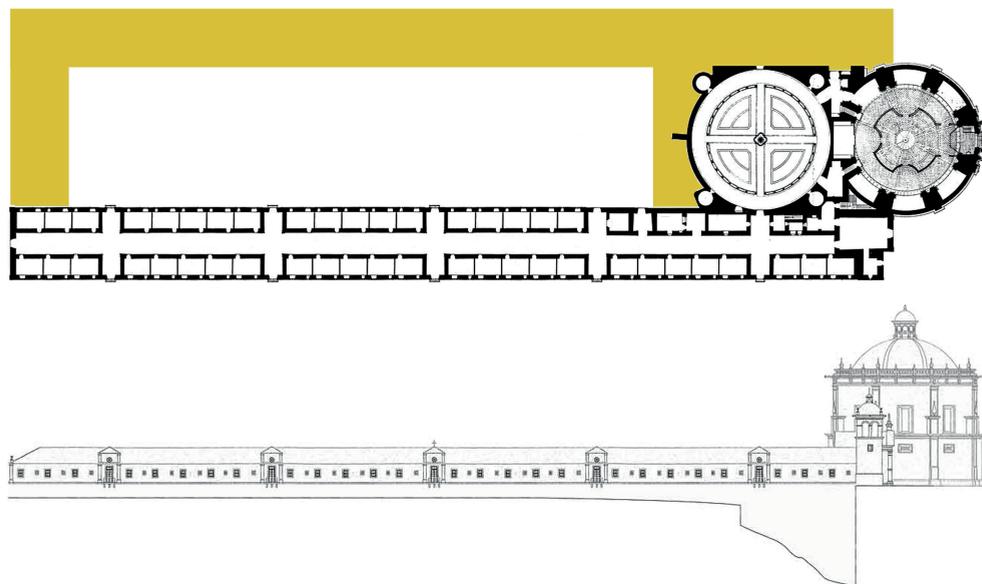


Fig. 8. Reconstituição ideal de Santo Agostinho da Serra do Pilar, c. 1672

Fonte: desenho do autor usando levantamentos da DGEMN. Disponíveis em <www.monumentos.pt>

se sente a mentalidade expressiva do Maneirismo, nem que se registre a fidelidade aos traços essenciais da intenção renascentista. O mosteiro só se conclui, no entanto, depois da Restauração e mais de 50 anos mais tarde: em 1660 é refeito o dormitório e entre 1669 e 1672 remata-se, enfim, a igreja que conhecemos hoje.

Estes dois elementos derradeiros do complexo⁵² — afinal, o binómio *definidor* de que falava no início deste texto — são dois curiosíssimos testemunhos de um discurso ostensivamente revivalista. O interior da igreja, não obstante a sua planta circular, faz citações literais de São Vicente de Fora (da compartimentação do zimbório preenchida com pontas de diamante, às pilastras geminadas com capitéis «cristianizados»)⁵³; o dormitório, por sua vez, é uma iteração do figurino quinhentista conimbricense — um retângulo longo, com corredor axial interrompido por terças, criando segmentos de celas largas, com dupla fenestração diferenciada⁵⁴.

É um tropo explicativo da híbrida arquitetura restauracionista que, ao mesmo tempo que antecipa certas tónicas barrocas, promove um regresso a uma memória lusa anterior a 1580, nomeadamente num reavivar da estética da Arquitetura Chã (sebástica), mas também de certos sinais inspirados no Manuelino, ou mesmo de

⁵² Antes de alterações barrocas e pombalinas, nomeadamente a deslocação do claustro para alargamento do retrocoro em 1690 e a construção do corpo setecentista da sacristia (ABREU, 1999: 3-5 e 41).

⁵³ ABREU, 1999: 114-117.

⁵⁴ Só não é possível afirmar com certeza que existia o mesmo desencontro entre as portas em lados opostos do corredor, como em Santa Cruz, embora, dadas todas as outras sintonias, seja plausível supô-lo.

configurações renascentistas (como a planta centralizada e cupulada)⁵⁵. Efetivamente salta à vista na Serra do Pilar um tom chão, no exterior da ala residencial e mesmo na fachada eclesial, perfeitamente consonante com as dinâmicas gerais da época, como o são de forma lata os revivalismos referidos acima. O que é original neste mosteiro, e dá nota da consistência verdadeiramente única do discurso arquitetónico dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, é que esse retorno estilístico se faça aqui em relação a referentes não primariamente nacionais (ou necessariamente nacionalistas⁵⁶), mas sim a memórias institucionais próprias, nunca completamente abandonadas, *identitárias*⁵⁷.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Susana Matos (1998). *Uma Civitas Dei em Quebrantões ou a Cerca do Mosteiro*. «Monumentos». 9, 8-13.
- ABREU, Susana Matos (1999). *Docta pietas ou a arquitectura do Mosteiro de S. Salvador, também chamado Santo Agostinho da Serra (1537-1622): conteúdo, formas, métodos conceptuais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- ABREU, Susana Matos (2009). *A Fonte do Claustro da Manga, «espelho de perfeçam»: uma leitura iconológica da sua arquitectura*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património». I Série. 7-8, 33-52.
- AFONSO, José Ferrão (2009). *A herança do muratore e o caminho de Coimbra: consuetudo, sprezzatura e a arquitectura religiosa do Noroeste português na segunda metade do século XVI*. In AAVV. *II Congresso Histórico de Amarante: Actas*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, vol. II, t. 1, pp. 173-238.
- ANTUNES, Joana Filipa Fonseca (2010). *Uma epopeia entre o sagrado e o profano: o cadeiral de coro do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.
- BUESCU, Ana Isabel Carvalhão (2008). *D. João III, 1502-1557*. [Lisboa]: Temas e Debates. (Reis de Portugal).
- CORREIA, José Eduardo Horta (1991). *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Presença.
- CORREIA, José Eduardo Horta (1998). *Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses*. «Monumentos». 8, 14-19.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1998). *A reforma joanina e a arquitectura dos colégios*. «Monumentos». 8, 20-25.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2002). *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1969). *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos.
- DIAS, Pedro (1982). *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

⁵⁵ De KUBLER, 1972: 169-170 a GOMES, 2001: 227-229.

⁵⁶ Basta reparar que se faz afinal uma recuperação inspirada numa obra filipina fulcral à retórica da União Ibérica.

⁵⁷ Estas questões são analisadas em profundidade na tese de doutoramento do autor, entretanto apresentada à Universidade do Minho em 2021 (SILVA, 2021).

- FRANZEN, August (1996). *Breve História da Igreja*. Lisboa: Presença.
- GILL, Meredith J. (2005). *Augustine in the Italian Renaissance: Art and Philosophy from Petrarch to Michelangelo*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOMES, Paulo Varela (2001). *Arquitectura, religião e política em Portugal, no século XVII: a planta centralizada*. Porto: FAUP Publicações.
- GOMES, Saul António (2000). *Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 429-434.
- GOMES, Saul António (2004). *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em tempos de reforma: 1500-1530*. In AMORIM, Norberta; PINHO, Isabel e; PASSOS, Carla, coord. *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães — D. Manuel e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. 2, pp. 255-281.
- GOMES, Saul António (2007). In limine conscriptionis: *documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage; Centro de História Sociedade e Cultura.
- KUBLER, George (1972). *Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University Press.
- LOBO, Rui Pedro (2006). *Santa Cruz e a rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: EDARQ.
- LOBO, Rui Pedro (2008a). *Rua da Sofia: um campus universitário em linha*. «Monumentos». 25, 24-31.
- LOBO, Rui Pedro (2008b). *Os colégios universitários de Coimbra: enquadramento na arquitectura universitária europeia e seriação tipológica*. «Monumentos». 25, 32-45.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). *A guerra: os homens e as armas*. In MATTOSO, José, dir. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3, pp. 105-118.
- MARTINS, Armando Alberto (2004). *As reformas do rei D. Manuel I (1495-1521) no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo, dir. *Habent sua fata libelli: colectânea de estudos em homenagem ao Académico de número, Doutor Fernando Guedes, no seu 75º Aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 271-288.
- MUMFORD, Lewis (1961). *The city in history: its origins, its transformations and its prospects*. Londres: Secker & Warburg.
- OLIVEIRA, Miguel de (1994). *História eclesiástica de Portugal*. Lisboa: Europa-América.
- PEREIRA, Paulo, dir. (2007). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PINHO, Isabel Maria Ribeiro Tavares de (2006-2007). *Os crúzios de Viana do Castelo e sua expressão artística*. «Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património». I Série. 5-6, 467-487.
- REAL, Manuel Luís (1974). *A arte românica de Coimbra: novos dados – novas hipóteses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de licenciatura.
- REAL, Manuel Luís (1982). *A organização do espaço arquitectónico entre os Beneditinos e Agostinhos no séc. XII*. «Arqueologia». 6, 118-132.
- REAL, Manuel Luís (1995). *O Convento Românico de S. Vicente de Fora*. «Monumentos». 2, 14-23.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973-1974). *Estudantes e constituições dos colégios de Santa Cruz de Coimbra (1534-1540)*. «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História». I Série. 3/4, 89-196.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1980). *Os Jerónimos em Portugal: das origens ao século XVII*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Universidade do Porto.
- SANTOS, Celso Francisco (1988). *A arquitectura do mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1574-1636*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.

- SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos (2001). *As portas da Jerusalém celeste: síntese formal e tipológica da evolução histórica das fachadas de duas torres na arquitectura religiosa portuguesa*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Tese de licenciatura.
- SERENO, Isabel; SANTOS, João e; NOÉ, Paula (1994-1998). *Mosteiro da Serra do Pilar*. «SIPA». [Consult. 25 out. 2017]. Disponível em < http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5358>.
- SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da (1998). *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas: os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da (2021). *Princípio, fundação, união, reformação e progresso: o discurso dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho portugueses na arquitectura cenobítica (1128-1834)*. Guimarães: Escola de Arquitectura Arte e Design da Universidade do Minho. Tese de doutoramento em Arquitectura.
- SOROMENHO, Miguel (2010). *Hum dos Mayores e Magnificos Templos não só de todo o Reyno mas da Europa: A Obra Filipina*. In SALDANHA, Sandra Costa, coord. *Mosteiro de São Vicente de Fora: Arte e História*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.
- TAVARES, Domingos (2007a). *António Rodrigues: renascimento em Portugal*. Porto: Dafne.
- TAVARES, Domingos (2007b). *Donato Bramante: arquitectura da ilusão*. Porto: Dafne.

